

ORGANIZAÇÃO COLECTIVA DOS/AS PROFESSORES/AS: IDENTIDADE E CONSCIÊNCIA DE CLASSE - PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

*João Jorge Corrêa**

Resumo: Este resumo tem sua origem na tese de doutorado que estou desenvolvendo na qual faço uma análise da constituição histórica do movimento sindical de professores/as no Brasil, desde suas primeiras organizações e influências ideológicas recebidas até o presente momento em que o trabalho e as formas de associação de professores/as tem passado por profundas transformações, advindas principalmente, da maneira como este/a se insere no conjunto das modificações produzidas pela sociedade capitalista em seu próprio trabalho pedagógico no interior da escola. Percebi que são muitos os estudos voltados para um entendimento da condição do trabalho docente, mas poucos aqueles que tratam das suas formas de associação a partir de um sentido histórico.

Palavras-Chave: Escola Pública, Trabalho Docente, Sindicatos do Magistério

PARA ONDE VAI A CRISE DO TRABALHO DO/A PROFESSOR/A DA ESCOLA PÚBLICA?

Escolher a escola pública e as formas de organização coletiva dos professores e das professoras como tema de discussão no atual momento que vivemos é, muito provavelmente, penetrar no terreno da quase completa diversidade. Uma elevada quantidade de debates, artigos científicos, livros, dissertações e teses atesta o quanto tem sido numerosos os estudos sobre a escola pública em seus diversos elementos integrantes, sejam eles currículo escolar, financiamento, ensino-aprendizagem, formação de professores, alfabetização, etc. Entretanto, no meu entender, existe um campo de estudo pouco visitado pelos pesquisadores de uma forma mais profunda: os sindicatos do magistério.

Não pretendo neste texto efetuar colagens teóricas de modelos fabris na realidade escolar, muito menos apresentar novas teses acerca do tema. Meu objetivo é apresentar e discutir alguns problemas que estão presentes no cotidiano da escola pública e que afetam a rotina de trabalho daqueles/as que nela atuam e os seus mecanismos de organização coletiva, bem como tentar mostrar que o trabalho, propriamente dito, desenvolvido em seu interior segue bem próximo as características do trabalho na sociedade capitalista em sua totalidade.

Encontramo-nos na quase virada do século e do milênio. Percebemos a todo instante os discursos holísticos de profunda contemplação e aceitação resignada. Escutamos e lemos na mídia os pedidos fervorosos dos governantes para os trabalhadores contribuírem com sua "parcela de sacrifício" neste momento de crise. Fala-se muito em Qualidade Total, satisfação do cliente, "guardar um lugar no céu", "cidadania mínima", entre outras combinações de palavras com pouco ou nenhum sentido. E, como não poderia deixar de ser, a educação vem sendo bombardeada por esses discursos extremamente ideológicos. E o que é pior, no interior da escola pública e dos sindicatos do magistério público encontraremos professores/as acreditando e defendendo estas posições.

* Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná – Brasil

O que está acontecendo com a escola pública? E os sindicatos do magistério? E os/as professores/as que atuam em seu interior que pensam sobre o atual momento que estão passando?

Parece-me que poucos/as têm encontrado tempo para refletir, seja individualmente ou coletivamente, menos ainda esta segunda possibilidade. Diga-se de passagem, tempo escasso na escola. A rotina do trabalho é mais imperiosa que o momento de refletir sobre o trabalho. As reuniões, onde poderia haver essa pausa para o debate, são para “tomar conhecimento” das decisões do governo, das secretarias da educação, do MEC e agora mais recentemente da fazenda.

É lamentável perceber que a escola pública tem deixado de ser o local de trabalho dos/as professores/as nos últimos anos e o sindicato o local mais apropriado para discutir questões relacionadas ao seu trabalho. Mesmo chamando a atenção de que se trata de uma realidade já conhecida dos/as professores/as, porém pouco aprofundada quanto aos seus comprometimentos para o conjunto da sociedade civil, SILVA JÚNIOR (1985, p.17) afirma que *“o que o cotidiano de nossas escolas públicas nos apresenta é a sua desfiguração como local de trabalho, uma vez que seus trabalhadores freqüentemente distribuem sua jornada de trabalho em diferentes locais, reduzindo, conseqüentemente seu tempo de permanência diário em cada local”*. E sem dúvida interferindo no tempo que poderiam ter para um momento mais coletivo. Evidentemente, como afirmará o próprio autor mais adiante em seu texto, este fenômeno torna prejudicada a idéia de trabalho coletivo pautado por um projeto político-pedagógico da escola e de uma concepção mais concreta acerca da sua real condição de trabalho.

Acredito que a efetiva participação do/a professor/a em seu local de trabalho e no seu sindicato poderia contribuir profundamente na possibilidade de implementação de um projeto político-pedagógico da própria escola elaborado pelos/as próprios/as professores/as que lá trabalham, tornando-o mais palpável e próximo da realidade social onde está localizada e onde vivem os/as alunos/as e seus familiares.

Mas o que tem acontecido com as escolas públicas? Como o estado brasileiro e o seu aparato ideológico contribui para a destruição da escola pública enquanto o local onde deveria acontecer o trabalho do/a professor/a? Como as mais recentes políticas educacionais do MEC contribuem para a descaracterização da escola pública? Que tipo de comportamento os/as professores/as vêm adotando diante do atual quadro de deslegitimação da escola? A escola pública ainda é o local de trabalho do/a professor/a?

As diversas formulações teóricas sobre o trabalho do/a professor/a e a escola existentes na literatura têm contribuído muito para avançarmos o debate sobre a pauperização do trabalho docente e a destruição da idéia de escola pública pelo estado neoliberal brasileiro. Muito tem-se debatido nas universidades, encontros de professores/as e nas escolas, entretanto a ação do estado e as suas políticas educacionais têm sido mais poderosas e veementes sem seus discursos, convencendo milhares de professores/as a acreditar que as propostas do MEC são a única e melhor saída para o caos da educação no Brasil e para a melhoria da escola ainda que esta não seja vista como um local de trabalho.

E por mais que se apresente aos/às professores/as argumentos suficientes a fim de mostrar o autoritarismo do MEC ao impor Parâmetros Curriculares, Guias de Livros Didáticos, Procedimentos de Avaliação, bem como a ingerência direta no trabalho de concepção do/a professor/a sobre qual material didático utilizar e de como forma abordá-lo, poucos têm sido os resultados positivos no sentido de contribuir para a possibilidade de uma crítica por parte dos/as professores às determinações do MEC e do estado brasileiro conjuntamente.

Por que isto acontece? É mais cômodo “desenvolver” conteúdos previamente determinados por terceiros? Isto não seria fabril demais para uma escola? E autonomia do/a professor/a em estabelecer as diretrizes do seu trabalho individual e coletivo? Se não é importante para o/a professor/a que conceba o seu trabalho então não é preciso que se defenda a idéia de um local para efetivar o trabalho. De que forma os sindicatos poderiam interferir neste processo?

Como então pensar a escola como um local de trabalho e o sindicato como um local de discussão mais profunda do sistema educacional brasileiro diante da poderosa investida do MEC contra os/as professores e sua autonomia enquanto trabalhadores que são? Aliás, ainda são?

Como estariam reagindo os/as professores/as diante desta situação? Como tem se dados as suas discussões nos poucos momentos livres que lhe sobram nas escolas onde trabalham? E nos sindicatos? Poderiam encaminhar uma proposta para o debate a fim de aprofundar a análise sobre a depreciação da escola pública? E as teorias? Como poderiam contribuir neste sentido? Muito já se disse sobre o trabalho do/a professor/a, suas origens, as questões de gênero e classe social.

Se são profissionais, semiprofissionais, trabalhadores ou proletários somente os/as próprios/as professores/as é que poderão dizer-nos. É preciso permitir-lhes voz ativa, são eles/elas que melhor poderão interpretar a sua história profissional e o local onde desenvolvem o seu trabalho. Se a escola é uma burocracia, uma anarquia organizada, uma espécie de fábrica ou um lugar de conflitos entre classes também são os/as professores/as os/as mais indicados para esboçar uma análise. Também são os/as professores/as quem devem dizer qual o papel que o sindicato do magistério deve cumprir nessa discussão.

É POSSÍVEL UM SINDICATO DO MAGISTÉRIO DIFERENTE DAQUELE QUE CONHECEMOS?

A história da educação brasileira foi, e ainda tem sido, objeto de investigação e reflexão de uma ampla gama de pesquisadores e pesquisadoras das mais diversas tendências teóricas e metodológicas. Muito já pesquisou e publicou sobre a escola e o ensino, sistemas escolares e sua administração, reformas e políticas públicas, primeiros mestres, os primórdios do embate do estado e da igreja entre outros temas não menos importantes. Entretanto, pouco se investigou a respeito das formas coletivas de organização dos professores e professoras; quase nada sabemos das suas formas embrionárias de organização, apesar de algumas pesquisas indicarem a existência de tentativas isoladas de organização anterior ao Século XX no Estado de São Paulo² no Brasil.

Não teria receio de afirmar que hoje o professor e a professora da escola de educação básica tem à sua disposição uma produção considerável de um vasto conhecimento sobre a constituição do sistema escolar brasileiro, sobre os principais formuladores e implementadores das políticas públicas educacionais, sobre os períodos de intensas transformações, retrações e aniquilação, sobre as mais diversas e distintas correntes pedagógicas que passaram pela história pedagógica nacional, sobre a própria constituição da sua profissão de professor ou professora, e mais recentemente, sobre os resultados das recentes pesquisas que tratam de questões de gênero, raça, formação profissional entre outros temas importantes e relevantes; entretanto, ousou dizer, que esse mesmo professor, essa mesma professora, pouco ou nada sabe da história não contada nos livros, revistas e artigos da organização coletiva da sua categoria profissional. Diria até que o que sabe refere-se àquilo que o sindicato ou a associação ou a agremiação fez constar no "jornalzinho": que o sindicato surgiu no ano tal, seu primeiro presidente foi fulano de tal, suas principais ações foram as seguintes... e que o sindicato está ao dispor do/a associado/a com os seguintes serviços....

Não pretendo com o que afirmei no parágrafo anterior sustentar a absurda idéia de que é inútil o conhecimento profundo e crítico da evolução (na ausência de uma palavra melhor para o momento) do sistema escolar brasileiro, seus expoentes, as políticas, as teorias etc etc., sem o conhecimento da história da constituição coletiva dos professores e das professoras em sindicatos ou qualquer outra forma de organização. Pretendo, sim, defender a idéia da importância de se dedicar maior atenção a estudos mais críticos sobre a organização coletiva do magistério, sua trajetória constitutiva e ações empreendidas ao longo da sua história a fim de melhor compreender o que apresento como uma das questões que analisarei neste artigo: como explicar a ausência de um envolvimento mais efetivo dos sindicatos do magistério na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas impostas pelo estado?

² Trata-se da sistematização de projetos de pesquisa distintos coordenados por Denice Barbara Catani, Paula Perin Vicentini e Rosário Genta Lugli (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo) que têm por objetivo investigar as primeiras tentativas de uma organização mais coletiva dos/as professores/as a partir do século passado em São Paulo. O foco central da pesquisa é a Associação Beneficente do Professorado Público Paulista e o Centro do Professorado Paulista tendo como eixo articulador a produção de periódicos direcionados à categoria por estas associações.

Evidentemente que não recuperarei neste estudo o que já foi tratado sobre a história da educação brasileira, e sim apenas aquelas informações que forem estritamente necessárias para uma compreensão mais adequada do tema central deste texto. Neste sentido, logo de início quero fazer uma distinção que me parece fundamental: existe uma imensa diferença entre associações e/ou agremiações de caráter mais acadêmico, como por exemplo ABE, SBPC, ANPEd, CEDES entre outras que exerceram e vêm exercendo um papel importante na discussão dos problemas relacionados à educação no conjunto da sociedade brasileira, e entre aquelas que se dedicam à organização do conjunto do magistério com um interesse mais corporativo, ou se soar melhor, mais sindical, ainda que isto somente venha a ocorrer de forma mais efetiva a partir de meados da década de 70 e se intensificado na década de 80 e até atingir uma situação quase letárgica nos anos 90. Enquanto encontramos na literatura muitas referências às primeiras formas de organização do magistério e sua atuação no meio educacional, por outro lado, quando o assunto refere-se à questão sindical propriamente dita, às indicações são mais raras, ainda que não deixem de existir.

Também não pretendo esgotar aqui a história do movimento sindical do magistério porque acredito que uma parcela considerável já tenha sido contada em algumas pesquisas que se dedicaram ao tema, tenham sido elas conduzidas por pesquisadores universitários ou pelos próprios relatos históricos publicados pelos sindicatos. Evidentemente que existem muitas lacunas entre estes estudos mas não deixam de refletir uma boa parte da história dos sindicatos de docentes.

Após um primeiro contato com a produção acadêmica existente até o momento percebi a ausência, apesar de toda riqueza descritiva e analítica das informações acerca do movimento sindical do magistério, de uma aproximação com as análises desenvolvidas pelas ciências sociais sobre os sindicatos de trabalhadores na sociedade capitalista, sejam eles sindicatos de funcionários do estado ou dos demais setores econômicos da sociedade. Senti a ausência de uma análise mais abrangente naqueles estudos, de uma reflexão crítica que buscase aproximar os mecanismos adotados pelos sindicatos dos professores e das professoras com aqueles de outras categorias profissionais na tentativa de identificar os limites da forma de atuação da organização docente.

Por outro lado, também não encontrei a contrapartida nos estudos elaborados pelos principais pesquisadores do movimento sindical em geral. São quase inexistentes as oportunidades em que algum autor ou autora fizeram uma referência mais elaborada sobre a organização do magistério em sindicatos, sua características comparativamente às outras categorias de trabalhadores, suas especificidades e formas de relação ou enfrentamento com o estado patrão ou com o proprietário da escola.

A identificação desta lacuna na literatura é outro elemento motivador deste debate, e neste sentido pretendo ainda construir uma análise do movimento sindical do magistério com o intuito de aproximá-lo das reflexões até então desenvolvidas por outros pesquisadores das demais ciências sociais.

Acredito que se trata de uma investida interessante porque o surgimento, o auge e o declínio da organização do magistério em sindicatos ou associações coincide com movimento idêntico nas demais categorias de trabalhadores, e neste caso estou me referindo aos anos posteriores a meados da década de 70. Em verdade, seria mais correto afirmar, o surgimento do movimento coletivo do magistério com um discurso e ações mais contestatórios se dá no exato instante em que os sindicatos das outras categorias de trabalhadores (principalmente os metalúrgicos do ABCD paulista) passam a questionar suas formas históricas de atuação e ressurgem com discursos e ações também mais reivindicativos e contestatórios da ordem vigente.

Seria muito complicado afirmar a coincidência no surgimento do movimento de docentes com os demais trabalhadores, e quando digo isto estou me referindo ao final do século passado e início deste século. Neste sentido, nada podemos encontrar na literatura que fizesse referência à organização coletiva do magistério em sindicatos, associações ou agremiações. Algo que já não poderia dizer quanto às demais categorias de trabalhadores, sobre as quais existe vasta literatura com profundas análises das raízes propriamente ditas daqueles movimentos coletivos, bem como as diversas influências político-ideológicas que estiveram presentes na sua constituição.

Evidentemente que a recuperação dessa história das primeiras formas embrionárias de organização do magistério, que acredito ter ocorrido, as influências que por ventura tenha recebido dos embates teóricos vigentes na época, sem dúvida, seria um estudo muito profícuo e até mesmo necessário para um entendimento mais apurado do movimento docente.

A problemática que apresento neste artigo para estimular a discussão está subdividido em três questões que se articulam na idéia de um sindicato do magistério que desenvolva ações propriamente voltadas para a defesa da categoria como integrante de uma classe trabalhadora assalariada em uma sociedade capitalista, que atue na defesa de condições adequadas de trabalho e que também promova ações mais amplas com o sentido de buscar uma escola mais pública, efetivamente gratuita e de excelente qualidade para a população.

Quais elementos poderiam explicar a atual crise vivida pelo movimento sindical de professores e professoras da educação básica diante da atual situação que marca as ações do estado brasileiro como ideologicamente comprometido com uma ótica neoliberal e marcadamente autoritário e excludente em suas ações políticas direcionadas para a escola pública e o profissional que nela atua? Como têm atuado os sindicatos de professores e professoras da educação básica no tocante à formulação, encaminhamento e discussão de propostas de políticas públicas educacionais alternativas àquelas implementadas pelo ministério da educação? Quais as ações dos sindicatos do magistério para enfrentar a investida desmanteladora do estado contra à educação pública básica e contra o profissional que nela trabalha? Em suma, diante da crise que se estabeleceu no movimento sindical de professores e professoras da educação básica na década de 90 é de fundamental relevância analisar as ações que o sindicato vem desenvolvendo com o objetivo de contrapor-se à degradação do ensino, da escola pública e dos profissionais que nela atuam.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Marisa C. Vorraber. *Trabalho Docente e Profissionalismo: uma análise sobre gênero, classe e profissionalismo no trabalho de professoras e professores de classes populares*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

HYPÓLITO, Álvaro Luiz Moreira. Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise. *Teoria & Educação*, nº 4, Porto Alegre, 1991, p.3-21.

MACHADO, Antônio Berto. Reflexões sobre a organização do processo de trabalho na escola. *Educação em Revista*, nº 9, Belo Horizonte, jul. 1989, p.27-31.

SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da. *A escola pública como local de trabalho*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

OZGA, Jenny & LAWN, Martin. O trabalho docente: interpretando o processo de trabalho do ensino. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, nº 4, 1991, p.140-158.